



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 66974 - MA (2021/0232084-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : MARIA FEITOSA RIBEIRO
ADVOGADO : ANTONIO CAVALCANTE VIEIRA - MA019694
RECORRIDO : ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR : ANGELUS EMILIO MEDEIROS DE AZEVEDO MAIA E OUTRO(S)
- MA021115

DECISÃO

Cuida-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de atribuição de efeito suspensivo. interposto por MARIA FEITOSA RIBEIRO, com base no art. 105, inciso II, *b*, da Constituição Federal e art. 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil, contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO que denegou o *writ*.

Em suma, a demanda trata da seguinte controvérsia (fls. 124-125):

O que ocorre Eméritos Julgadores é que devido uma determinação direta do Corregedor -Geral da Justiça do Estado do Maranhão onde resultou no afastamento da Recorrente de suas funções de Tabela Titular da Serventia Extrajudicial do 3º Ofício de Imperatriz/MA e sem a devida resolução do Processo Administrativo Disciplinar, esta ainda encontra -se afastada do exercício das suas funções , desde 28 de Março de 2014, em evidente maltrato aos princípios da razoável duração do processo (arts. 5º, LXXVIII -CF), da eficiência e do impulso oficial (art. 2º, parágrafo único, XII, Lei 8.784/1999).

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à fl. 106, a respeito de seu pleito, entendeu que:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. TITULAR DE SERVENTIA JUDICIAL. AFASTAMENTO DA SUA FUNÇÃO. IRREGULARIDADES CONSTATADAS. POSSIBILIDADE. ARTS. 35 E 36 DA LEI N. 8.935/94. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA NEGADA. I. A questão dos autos remonta sobre a análise da legalidade do ato do Sr. Corregedor Geral de Justiça do Estado Maranhão, que teria prorrogado, por prazo indeterminado, o afastamento cautelar da Impetrante de suas funções, até a conclusão do processo administrativo disciplinar – PAD contra ela instaurado. II. A jurisprudência do STJ firmou entendimento de que "nada obsta o afastamento preventivo do titular de serviço notarial e de registro, por prazo indeterminado, a teor do disposto nos artigos 35 e

Requer a concessão de efeito suspensivo em razão de alegada presença dos requisitos autorizadores.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em recurso em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida.

A recorrente não comprovou o risco de dano irreparável, uma vez que, caso haja decisão sobre o alegado direito líquido de forma que lhe seja favorável, voltará ao exercício de suas funções, não havendo irreversibilidade se não houver a concessão da liminar no regime de plantão.

Não está evidenciado o perigo da demora, uma vez que, mediante análise da argumentação apresentada, não ficou caracterizada situação emergencial irreversível que pudesse justificar a concessão de liminar sem o devido aprofundamento da questão de mérito pelo colegiado, não tendo, portanto, desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão da liminar.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência